



# 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Política Social e Serviço Social.

Sub-Eixo: Educação.

## O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) E SEUS REBATIMENTOS: UMA ANÁLISE À LUZ DA ESCOLA MUNICIPAL NAZINHA BARBOSA DA FRANCA

Larissa Maria do Nascimento da Silva<sup>1</sup>

Edna Tânia Ferreira da Silva<sup>2</sup>

Ednalva Pereira dos Santos Mendes<sup>3</sup>

Erivânia da Silva Marinho<sup>4</sup>

Maria das Graças Miranda Ferreira da Silva<sup>5</sup>

Monick Paula Freitas da Silva<sup>6</sup>

Raquel Oliveira da Silva<sup>7</sup>

Suênia Aparecida da Silva Santos<sup>8</sup>

**Resumo:** O artigo é resultado do projeto extensão: "O Programa Bolsa Família (PBF) e suas Condicionais na Educação". O objetivo do projeto é acompanhar e monitorar os alunos beneficiários do Programa de Transferência de Renda Bolsa Família (PBF), em descumprimento da condicionalidade na educação, na Escola Nazinha Barbosa da Franca, bem como, analisar os desafios e avanços do programa.

**Palavras-chave:** Programa Bolsa Família. Avanços. Desafios.

**Abstract:** The article is the result of the extension project: "The Bolsa Família Program (PBF) and its Conditionalities in Education." The objective of this project is to monitor and monitor students benefiting from the Bolsa Família Income Transfer Program (PBF), in violation of conditionality in education, at Escola Nazinha Barbosa da Franca, as well as to analyze the challenges and advances of the program

**Keywords:** Family Grant Program. Advances. Challenges.

### 1. Programa Bolsa Família (PBF)

---

<sup>1</sup> Profissional de outras áreas, Universidade Federal da Paraíba, E-mail: larissam56@hotmail.com.

<sup>2</sup> Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal da Paraíba, E-mail: larissam56@hotmail.com.

<sup>3</sup> Profissional de outras áreas, Universidade Federal da Paraíba, E-mail: larissam56@hotmail.com.

<sup>4</sup> Profissional de outras áreas, Universidade Federal da Paraíba, E-mail: larissam56@hotmail.com.

<sup>5</sup> Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal da Paraíba, E-mail: larissam56@hotmail.com.

<sup>6</sup> Profissional de outras áreas, Universidade Federal da Paraíba, E-mail: larissam56@hotmail.com.

<sup>7</sup> Profissional de outras áreas, Universidade Federal da Paraíba, E-mail: larissam56@hotmail.com.

<sup>8</sup> Profissional de outras áreas, Universidade Federal da Paraíba, E-mail: larissam56@hotmail.com.

O presente estudo é resultado das análises e observações feitas a partir da experiência no projeto de extensão, intitulado: “O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) E SUAS CONDICIONALIDADES NA EDUCAÇÃO: o acompanhamento e monitoramento dos (as) alunos (as) em descumprimento na Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca”, que fica localizada no bairro de Manaíra, na cidade de João Pessoa-PB.

Consiste numa análise de caráter bibliográfico e documental, em que ocorreu o levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionadas à pesquisa e a coleta de dados, a partir de fontes secundárias, como: livros, artigos científicos, dissertações, teses, monografias, relatórios do Projeto de Extensão, entre outros. Vale destacar, que tal estudo irá se restringir ao Ensino Fundamental II (6º ano ao 8º ano) da referida instituição, devido ao contingente pequeno de extensionistas.

O objetivo do estudo é analisar o surgimento do Programa Bolsa Família (PBF), seus desafios, dentro da conjuntura neoliberal, e seus avanços, com base na experiência e nos relatos do projeto na Escola Nazinha Barbosa da Franca.

Nesse contexto, sinalizamos que na década de 1990, houve a instauração do modelo econômico neoliberal que impôs a redução do papel interventivo do Estado e conseqüentemente, estabeleceu o movimento de ajuste financeiro e fiscal, com o corte nos gastos públicos, que atingiu drasticamente principalmente, as políticas sociais, contribuindo para o processo de sucateamento e desestruturação dos serviços públicos. Diante disso, pode-se constatar que “a trajetória inicial do projeto neoliberal teve como conseqüências mais expressivas, o agravamento da miséria e o desmantelamento das Políticas Sociais Públicas em nome do ajuste fiscal” (GOMES e MELLO, 2015, p. 32).

Nos anos seguintes, houve a redefinição do papel do Estado brasileiro e a restrição das políticas sociais, que acabou provocando o aumento da miséria e a deterioração da área social. Contudo, no final da década de 90 e início dos anos 2000, após a promulgação da Constituição Federal (1988), ocorre a construção de um novo modelo de proteção social e uma nova configuração das políticas sociais com a instauração e ampliação de diversos programas de transferência de renda, como o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima (1995), o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), entre outros.

Vale destacar que, embora estes programas fossem de suma importância no combate à pobreza, eles não eram universais e não cobriam toda a parcela da população do território nacional e por isso necessitavam de uma boa reforma gerencial.

Em 2003, sob o governo de Lula da Silva (2003-2009) os quatro programas de transferência de renda criados em gestões anteriores, como: Bolsa Escola, o Programa Nacional de Acesso à Alimentação (PNAA), Bolsa Alimentação e o Auxílio-Gás, foram unificados em torno do Programa Bolsa Família (PBF), numa tentativa de desvincular as políticas sociais da tradição assistencialista, facilitar o acesso das famílias na condição de extrema pobreza ao benefício (pois, elas precisariam efetuar apenas um único cadastro para serem beneficiadas pelo programa, o CadÚnico) e gerar a melhoria nos mecanismos de fiscalização e transparência, com a elaboração de um software para conceber o cadastro único, elaborado pelo governo federal.

Assim, ao criar o Programa Bolsa Família (PBF), por meio da Lei 10.836/ 04, o governo passou a integrar as políticas de combate à fome com as políticas assistenciais de transferência de renda. Vale destacar, que nesse período, também houve a instauração Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), mediante a Lei 10.868/04, que o tornou responsável pelas políticas de segurança alimentar, de transferência de renda, pela política nacional de assistência social e desenvolvimento social. Assim, com a criação do MDS, a rede de proteção social se torna mais eficiente e estruturada, oferecendo uma melhor assistência aquelas famílias em situação de vulnerabilidade social.

Criado com o intuito de combater a pobreza e suas consequências, através da garantia de uma renda mínima para famílias em estado de risco ou vulnerabilidade social, o PBF possui três grandes eixos: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares, geridos pelo MDS. Nesse contexto,

reconhecida a prioridade a ser dada a uma distribuição de renda mais equitativa, inclusive para os objetivos de maior crescimento, recomendava-se não só o investimento em capital humano através da educação, como políticas “focalizadas” nos “pobres”. A “focalização”, que seguia o cânone estabelecido por instituições internacionais como o Banco Mundial, encontrava apoio no diagnóstico de que os gastos sociais feitos pelo Estado brasileiro eram significativos... A solução, pois, era a “focalização” nos “pobres” através de mecanismos institucionais eficientes e eficazes, mesmo que tal orientação estivesse em oposição ao “universalismo” defendido pelo PT. O Bolsa Família viria a concretizar a focalização. (ERBER, 2011, p. 31-55).

Desse modo, segundo Erber (2001, p. 36-37), “para governar e garantir que seu “pacto social” amplo acontecesse, Lula teve que fazer um “presidencialismo de coalizão”, atendendo os interesses do capital e em contrapartida, as exigência da classe trabalhadora, adotando programas sociais seletivos e focalizados nas famílias pobres, que pudessem proporcionar, mesmo que minimamente, uma redistribuição de

renda mais igualitária.

Partindo desse pressuposto, visando melhorar os índices da educação e saúde da população em vulnerabilidade social, o PBF surge atrelado a política de saúde e educação, por meio de suas condicionalidades, contribuindo para o processo de inclusão social de diversas famílias e o acesso destas à direitos básicos de cidadania.

O PBF surge em um contexto de bases ideológicas no neodesenvolvimentismo, que procura a partir de princípios do crescimento econômico e instauração de políticas compensatórias incluir famílias assistidas no processo de consumo.

Dessa forma, o Bolsa Família se configura como um mediador entre os interesse de classe, embora, tenha se destacado na melhoria da distribuição de renda e do acesso à políticas de saúde e educação, se tornando em pouco tempo em uma das iniciativas mais exitosas de redução da pobreza e de inclusão social” (MERCADANTE, 2010, p. 362). Vale ressaltar, que tal programa não se trata apenas de um programa de cunho assistencialista, pois

o programa Bolsa Família comporta três eixos de atuação: a transferência direta de renda para promover a melhoria imediata das condições de vida das famílias em situação de pobreza; o acesso efetivo das famílias aos serviços básicos de educação, saúde e assistência social; e a integração com outras ações e programas de governo e da sociedade civil voltado ao desenvolvimento de alternativas de ocupação, geração de renda e elevação do bem-estar das famílias pobres (MERCADANTE, 2010, p. 363).

Realizando um recorte acerca do PBF, é importante salientar que em 2018, o programa contava como critérios para a concessão do benefício, que as famílias possuíssem renda inferior ou igual a R\$ 89,00 por pessoa. O valor recebido varia de acordo com o número de crianças e adolescentes com até 17 anos e a presença de gestantes e nutrízes. Além disso, o benefício repassado é dividido, em: benefício básico e benefício variável. O benefício básico (R\$ 89,00) é direcionado aquelas famílias extremamente pobres que possuem renda mensal de até R\$ 89,00 per capita. Enquanto, o benefício variável (R\$ 41, 00), irá se diferenciar de acordo com o beneficiário.

Nesse cenário, destaca-se que, para recebimento do benefício estipulado pelo PBF é necessário cumprir com as condicionalidades propostas pelo programa, especialmente, na área da saúde e educação, que devem ser cumpridas para que o benefício não seja cancelado, bloqueado ou suspenso.

As condicionalidades na área da saúde, proposta pelo PBF, conforme o estabelecido pelo Ministério da Saúde, é que as famílias devem levar as crianças (menores de 7 anos) às unidades de Saúde (para medição do peso e da altura) ou aos

locais de vacinação, mantendo atualizado o cartão de saúde da criança, para que haja o acompanhamento do estado nutricional e do desenvolvimento. Além disso, as gestantes e nutrizes devem realizar o pré-natal e frequentar regularmente as consultas nas unidades de saúde próximas à sua residência.

No âmbito da educação, as condicionalidades possuem como propósito evitar a reprodução da pobreza, rompendo seu ciclo intergeracional e está atrelada a frequência escolar mínima para crianças e jovens das famílias atendidas pelo programa. É exigida a frequência mínima de 85% para crianças de 6 a 15 anos e de 75% para jovens entre 16 e 17 anos, sendo necessário, nos casos de impossibilidade de comparecimento da criança ou jovem à instituição de ensino, que as famílias informem quais as causas. Destaca-se que, o PBF, visando contribuir para a melhoria do rendimento escolar de muitos discentes, ao possibilitar elevação do índice de frequência escolar através das condicionalidades, foi fundamental na diminuição da pobreza. Diante disso,

resultados de pesquisa do IPEA, organizada por Teresa Campello e Marcelo Neri (2014) na obra “Programa Bolsa Família: dez anos de inclusão e cidadania”, de 2003 a 2011, a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) do IBGE constatou que a renda per capita brasileira aumentou 40%, o que fez o coeficiente do Gini diminuir de 0,576 para 0,523, a extrema pobreza teve queda de 8% para pouco mais 3% da população, enquanto que a situação de pobreza recuou de 16% para 6%, ou seja, as medidas adotadas proporcionaram resultados positivos de erradicação de pobreza e extrema pobreza, conforme as PNADs. O Programa Bolsa Família alterou, de modo significativo, a composição de renda dos mais pobres. Do montante dos alunos matriculados pelo PBF, são 12 milhões. (CAMPELLO E NERI APUD ORTIZ E CAMARGO, 2016, p. 8-9).

Desse modo, a política neodesenvolvimentista imposta no governo Lula, ao “aplicar princípios do capitalismo, na perspectiva de um Estado de Bem-Estar Social, ao mesmo tempo fomenta políticas de desenvolvimento social” (ORTIZ E CAMARGO, 2016, p. 8), contribuindo para a diminuição do nível de pobreza, existente na realidade brasileira.

## **2. Análise do Programa Bolsa Família (PBF) à luz da experiência**

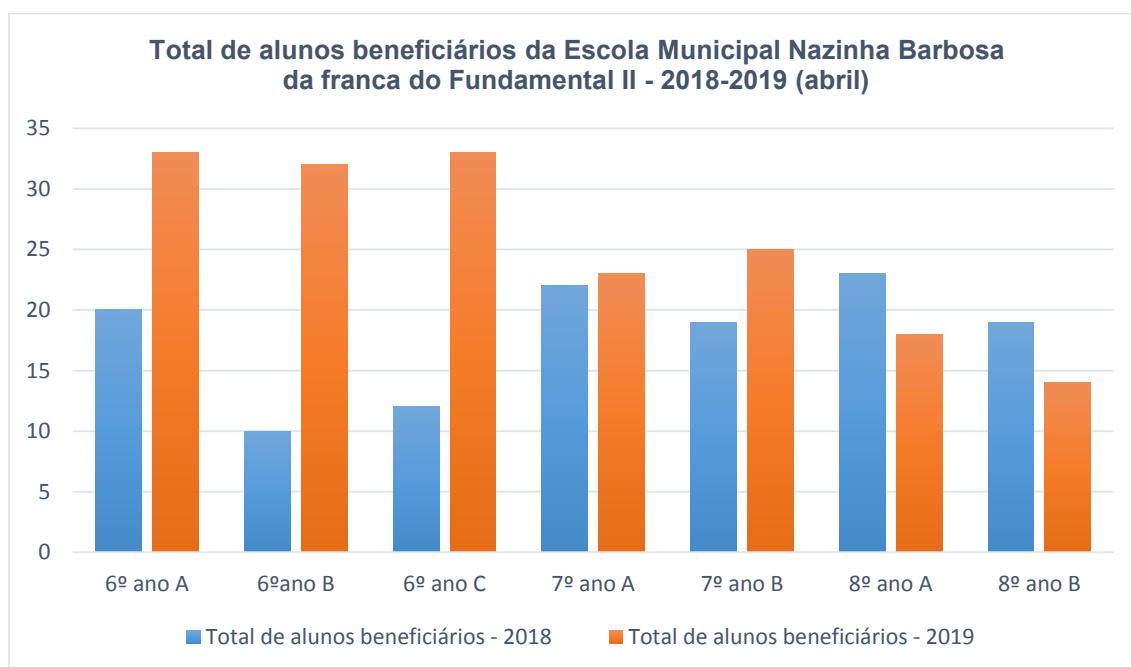
Realizando um recorte com base no Projeto de Extensão, foi possível constatar que que embora o Bolsa Família seja paliativo e focalizado, ele possibilitou a “redemocratização, e a assunção de elites políticas reformistas e de partidos ou coalizões políticas com programas marcados pela concepção do Welfare State” (PASE e MELO, 2017, p. 326).

Ademais, enquanto extensionistas, identificamos que o Programa Bolsa Família

(PBF) é fundamental para o desenvolvimento social e econômico da população do Bairro São José, localizado na cidade de João Pessoa-PB, contribuindo positivamente através do acesso à renda para que os indivíduos beneficiários consigam uma melhoria das condições de vida, e assim, possuam maior poder de compra e consumo. Ademais, através deste estudo, conclui-se que se a população não tivesse acesso ao programa, isso impactaria negativamente ao desenvolvimento local, pois as famílias estariam em piores condições de vulnerabilidade social e em situação de risco.

Outro ponto que merece destaque são os rebatimentos positivos que o programa teve sobre o trabalho infantil, sendo responsável pela diminuição dos casos na Escola Nazinha Barbosa da Franca (mesmo que minimamente), pois ao instituir a condicionalidade na educação atrelada a frequência escolar, as famílias beneficiárias passaram a levar seus filhos ao ambiente escolar, e assim, ocorreu a diminuição de casos de crianças e adolescentes nessa situação. Ademais, o programa, embora tenha sofrido cortes nos últimos anos, continua a apresentar, na referida instituição no E. Fundamental II, uma enorme abrangência, como pode ser observado no gráfico abaixo:

Gráfico 1:



Fonte: Projeto de Extensão, 2018-2019.

Assim, no que diz respeito, ao Fundamental II, na referida escola, o número de alunos beneficiários aumentou significativamente de 2018 para 2019, no mês de abril. No 6º ano A, houve o aumento de 13 alunos beneficiários; no 6º ano B, houve o maior

aumento, 22 alunos se tornaram beneficiários; no 6º ano C, surgiram 21 alunos beneficiários. Enquanto que, no 7º ano, na turma A houve o aumento de apenas 1 aluno beneficiário e na turma B, houve o aumento de 6 adolescentes beneficiários. Ademais, no 8º ano A e B, 5 alunos se tornaram beneficiários.

Portanto, o PBF como um programa de transferência de renda age da seguinte forma:

Em curto prazo, contribuindo para aliviar a pobreza, mantendo as crianças na escola e acompanhando o controle de saúde; em médio prazo, aumentar a confiança nas próprias forças dos membros da família beneficiária, que se convencem que podem sair da pobreza, mediante do treinamento que deriva do cumprimento dos compromissos assumidos ao incorporar-se ao programa. Nessa ação reiterada vão se convencendo de que não são meros entes passivos e receptores de dádivas, e sim, com capacidade para manejar seus recursos (o que se fomenta mediante a transferência de dinheiro em espécie), e que são corresponsáveis pelo êxito do programa e, em definitivo pela quebra da transmissão intergeracional da pobreza e em longo prazo, contribuindo para a formação de capital humano (FRANCO, 2006 apud CARNELOSSI e BERNARDES, 2014, p. 295-296).

Nesse cenário, pode-se observar que, na Escola Municipal Nazinha Barbosa da Franca, lócus do projeto de extensão, o programa conseguiu retirar os/as alunos (as) beneficiários da extrema pobreza, permitindo o acesso aos serviços básicos de educação e saúde. Embora, o PBF não atue na raiz da pobreza.

No campo da segurança alimentar e nutricional, constatou-se, a partir de análises, observações e conversas junto a equipe multidisciplinar da instituição, que o Programa Bolsa Família tem contribuído para que as crianças e adolescentes matriculados consigam se alimentar melhor. Além disso, outro aspecto positivo que pode-se observar, a partir da coleta de dados, foi a diminuição da evasão, da infrequência e do número de repetência na escola, dos alunos (as) beneficiários, contribuindo para que estes permaneçam no ambiente escolar.

Nesse contexto, reconhece-se que a descentralização da implementação do Programa Bolsa Família na área da assistência social nos municípios foi extremamente importante para o fortalecimento da política, pois proporcionou que um número maior da população fosse beneficiada e contribuiu para a minimização das diversas expressões da “questão social”, dentre elas: redução da fome, pobreza, no acesso à educação, saúde, alimentação entre outras.

Assim, embora focalizado, o Bolsa Família exerce um importante papel para as famílias beneficiárias representando, em muitos casos, um único rendimento e única fonte de renda. Nessa conjuntura, com base nos relatos das famílias dos alunos da referida escola, pode-se identificar que após o recebimento do benefício, embora as famílias continuem em situação de pobreza, elas passam a ter acesso à bens e

serviços que até então eles não possuíam.

Ademais, através da realidade vivenciada no Nazinha, nota-se que o PBF ao impor as condicionalidades na saúde, auxilia no desenvolvimento intelectual e psicomotor de crianças e adolescentes que são prejudicados pela falta de alimentação. Enquanto, no âmbito da educação, percebe-se que o programa possibilita a inclusão social de crianças e jovens ao ambiente escolar.

### **3. Uma breve análise acerca dos desafios do PBF**

Analisando os desafios do PBF, pode-se notar que embora, tenha se destacado ao beneficiar milhares de famílias da referida instituição, ainda são necessárias diversas medidas, como o maior investimento na emancipação dos beneficiários para que estes possam participar efetivamente das decisões políticas e, conseqüentemente, haja a superação das condições de vulnerabilidade social.

Ademais, levando em conta que, o PBF vem contribuindo para uma visão superficial acerca da pobreza, (como um fenômeno que pode ser solucionado por meio da educação, mais precisamente pela frequência escolar, o que acaba encobrindo os conflitos sociais mais profundos existentes na realidade brasileira), é fundamental que haja o estudo da pobreza em sua totalidade enquanto uma expressão da questão social, que é constitutiva do modo de produção capitalista.

Nesse sentido, conforme evidencia Souza (2013, p.18):

Isso equivale, na verdade, a esconder e tornar invisível todos os fatores e precondições sociais, emocionais, morais e culturais que constituem a renda diferencial, confundindo, ao fim e ao cabo, causa e efeito. Esconder os fatores não econômicos da desigualdade é, na verdade, tornar invisível as duas questões que permitem efetivamente 'compreender' o fenômeno da desigualdade social: a sua gênese e a sua reprodução no tempo.

Outro desafio do PBF, diz respeito, a inclusão do acesso ao benefício, pois se basear nos critérios de renda para recebimento do benefício, acabou se configurando como um sistema de regulamentação permeado por regras que determinam quem é elegível ou não para receber o benefício, não permitindo a "inserção" de pessoas por direito, mas pelo fato de serem pobres.

Portanto, a criação do PBF (2003), mesmo sendo de fundamental importância, representou a continuidade do antigo sistema de Proteção Social e surgiu como mediador entre os interesses de classes, tanto para fortalecer o crescimento



econômico, na visão neodesenvolvimentista, quanto para permitir a continuidade no poder e a hegemonia do governo de Lula e Dilma Rousseff.

Dentro dessa lógica, o PBF ao instaurar a condicionalidade da educação atrelada a frequência escolar, também atua em prol do capital, visando formar indivíduos aptos para venderem sua força de trabalho ao mercado. Em outras palavras, a educação objetiva formar capital humano, se configurando nesse processo, como um mecanismo que irá propagar e legitimar o discurso da ideologia dominante (SOUZA, 2013).

Dessa maneira, a escola é um dos instrumentos que “reforça as estruturas sociais responsáveis pela manutenção da desigualdade social” (PIRES, 2013, p. 519). Segundo Bourdieu (2010), a escola é por si só conservadora e não rompe com esse modelo social excludente, nem dar suporte para que todos tenham acesso ao capital cultural e simbólico. E quando um pobre consegue ascender socialmente através do ensino, eles se apresentam como exceções que “dá uma aparência de legitimidade de seleção escolar, e dá crédito ao mito da escola libertadora junto àqueles próprios indivíduos que ela eliminou fazendo crer que o sucesso é uma simples questão de trabalho e dons. (BOURDIEU, 2010, p. 59).

Ademais, o programa acaba contribuindo para a estigmatização dos beneficiários como sujeitos “preguiçosos” e “dependentes do governo”. Nesse aspecto, segundo a pesquisa do Data UnB (2008), para 67% dos entrevistados, o PBF “faz as pessoas se acomodarem e não quererem mais trabalhar” e para 56%, “faz as pessoas quererem ter mais filhos”.

Nesse contexto, os críticos do Bolsa Família, afirmam que a quantia repassada pelo programa às famílias em situação de vulnerabilidade social se caracteriza como “esmolas” que não são capazes de retirar as famílias da condição de vulnerabilidade social. Desse modo, constata-se que, os governos ao instaurarem tais políticas visam apenas controlar a pobreza e suas expressões e não superá-las, até porque ela é uma das bases constitutivas do modo de produção capitalista.

Entende-se, portanto, que os governos “populares” de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff introduziram moldes de governar, visando preservar o sistema, atendendo minimamente a população pobre ou extremamente pobres, através da instauração do Programa Bolsa Família.

Outro desafio do programa concerne ao cadastramento, pois em algumas regiões, o cadastro é feito de maneira inadequada e algumas prefeituras não cadastram todas as famílias em situação de extrema pobreza. Nesse contexto, fraudes e concessões irregulares são comuns, bem como, os casos de duplicidade de nomes.

Além disso, o programa apresentou outros inúmeros desafios, como:

complementação por parte dos Estados e Municípios do valor monetário repassado pelo PBF, possibilitando, desta forma, a otimização de recursos, como investimentos em outros programas complementares de capacitação profissional e outros projetos para garantir as possibilidades de autonomização das famílias; fortalecimento da rede local de serviços sociais capaz de atender as demandas dos usuários do Programa Bolsa Família, principalmente no que se refere às condicionalidades impostas às famílias beneficiárias; maior estruturação e fortalecimento das instâncias de controle social; o efetivo acompanhamento e avaliação sistemática dos programas, que permitirão futuramente dimensionar o verdadeiro alcance da efetividade desses Programas enquanto estratégica mediadora de uma política de enfrentamento à pobreza no Brasil (COLARES, 2010, p. 12).

Perante esse cenário, ocorreu, também, o discurso que propôs a focalização do PBF, que ao dirigir seu gasto social apenas a parcela da população mais empobrecida, acaba deixando desprotegida um grande contingente de famílias, se configurando como um “mecanismo de exclusão” (GOMES e MELLO, 2015, p. 35).

Nesse contexto, a focalização do PBF também fortalece a ideia do direito como gratidão do favorecido para com o governante, devido à sua condição de vulnerabilidade. Assim, a política moderna “também sobrevive pelos laços de lealdade com a oferta de benefícios materiais, cujo resultado maior continua sendo a neutralização dos conflitos” (GOMES e MELLO, 2015, p. 36).

Diante de tantos desafios, constata-se que, o PBF foi instaurado com o objetivo de assegurar, por meio da redistribuição de renda, a manutenção da governabilidade, se caracterizando como um instrumento que neutraliza e estabiliza as relações sociais, ao permitir a população carente o acesso ao benefício e a serviços relacionados a outras políticas, e, ao mesmo tempo, possibilita uma análise do programa muito restrita.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do que já foi analisado, entende-se que é necessário que o governo brasileiro crie alternativas que visem melhorar a distribuição de renda no Brasil e o real enfrentamento da pobreza, porém até chegarmos nessa solução, a manutenção de programas de transferência direta de renda para as camadas mais vulneráveis da sociedade parece se configurar como a melhor alternativa.

Logo, o Programa Bolsa Família (PBF) é fundamental na redução da pobreza, possibilitando a mobilidade social e a redução da desigualdade de renda presente entre as classes. Entretanto, por mais que o PBF venha contribuindo de forma significativa para uma melhoria na redistribuição de renda, faz-se necessário “construir

um novo senso comum, pois o preexistente na sociedade capitalista é incapaz de criar livremente uma consciência individual e coletiva, coerente, crítica e orgânica” (ACANDA, 2006, p. 207). Considerando que, sem tal mudança, o PBF continuará atuando em prol da manutenção de um segmento de pobres e extremamente pobres, auxiliando apenas na redução da pobreza atrelado ao consumo marginal.

Diante desse cenário, o PBF ainda precisa de aprimoramento, especialmente, em suas condicionalidades, “uma vez que a carga maior está sobre os beneficiários ficando o Estado apenas com a parte de oferecer serviços básicos que muitas vezes não atendem de maneira plena seus usuários” (SOUZA, 2013, p. 12-13)

Por fim, conclui-se que o Bolsa Família tem se configurado como um programa de grande alcance e visibilidade no país, ao atingir milhões de famílias no Brasil e colaborar na melhoria das suas condições de vida e a diminuição dos efeitos da pobreza, embora, apresente sérios problemas e desafios, sendo essencial a instauração, por parte do governo, de um conjunto de ações articuladas ao programa que tratem da pobreza em sua dimensão estrutural.

## REFERÊNCIAS

ACANDA, Jorge Luiz. Sociedade Civil e Hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

BOURDIEU, P. Escritos de educação. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

CAETANO, Daniel Jorge. Bolsa Família: Efeitos Colaterais. Rio Grande do Sul, 2010.

CARNELOSSI, Bruna; BERNARDES, Maria Eliza. **A condicionalidade de educação dos programas de transferência de renda: uma análise crítica do programa Bolsa Família**. Perspectiva, Florianópolis, v. 32, n.1, 285-313, 2014. Disponível em: <[https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/2175795X.2014v32n1p285/pdf\\_28](https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/2175795X.2014v32n1p285/pdf_28)> Acesso em: 31 mar 2019.

COLARES, Mônica Socorro. Programa de Transferência de Renda no Brasil e seus desafios futuros, 2010. Disponível em: <<http://www.sinteseeventos.com.br/bien/pt/papers/monicacolaresPROGRAMTRANSFE OFINCOMEINBRAZILANDITSFUTURECHALLENGES.pdf>> Acesso em: 9 jun 2019.

ERBER, Fabio. As convenções de desenvolvimento no governo Lula: um ensaio de economia política. Revista de Economia Política, São Paulo, v.31, n.01, mar. 2011, p.31-55.

GOMES, Maria de Fátima Leite. MELO, Helenória. A transferência de renda, o combate à pobreza e o programa Bolsa Família: uma equação possível? Conceitos - N. 22, Vol. 1 (Jan. 2015). ADUFPB - Seção Sindical do ANDES-SN. Disponível em: <[http://www.adufpb.org.br/site/wp-content/uploads/2016/04/REVISTA-CONCEITOS-ED-22\\_WEB\\_MAR-2016.pdf](http://www.adufpb.org.br/site/wp-content/uploads/2016/04/REVISTA-CONCEITOS-ED-22_WEB_MAR-2016.pdf)> Acesso em: 9 jun 2019

MERCADANTE OLIVA, Aloízio. As Bases do Novo Desenvolvimentismo no Brasil: análise do governo Lula (2003-2010). 537f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

PASE, Hemerson Luiz. MELO, Claudio Corbo. **Políticas públicas de transferência de renda na América Latina**. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, mar. - abr. 2017. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rap/v51n2/0034-7612-rap-51-02-00312.pdf>.> acesso em: 15 de jun de 2019.

PIRES, André. Afinal para que servem as condicionalidades em educação do Programa Bolsa Família? Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 21, n. 80, p. 513-532, jul./set. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v21n80/a07v21n80>> Acesso em: 10 jun 2019

ORTIZ, Lúcio; CAMARGO, Regina. Breve histórico e dados para análise do Programa Bolsa Família. In: II Seminário Internacional de Pesquisa em Políticas Públicas e Desenvolvimento Social. UNESP/Franca, 2016. Disponível em: <<https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/-planejamentoeanalisedepoliticaspUBLICAS/iisippedes2016/artigo-sippedes-bolsa-familia.pdf> > Acesso em: 10 jun 2019.

SOUZA, Franciele. Os impactos do neoliberalismo na política de seguridade social brasileira. In: **VI Jornada Internacional de Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão (UFMA)**, São Luís – MA, 2013. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo16-impasseosedesafiosdaspoliticasdaseguridadesocial/osimpactosdoneoliberalismonapoliticadeseguridadesocialbrasileira.pdf>> Acesso em 30 mar 2019.